

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.614 - RS (2019/0334554-5)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADOS : VINÍCIUS DE OLIVEIRA BERNI E OUTRO(S) - RS051477
KARINE BARCELOS CORRALES - RS076350
RECORRIDO : DARLEI JOSÉ SCHNEIDER
ADVOGADOS : MARCELO MARTINS GUICHARD - RS080581
RODRIGO MARTINS GUICHARD E OUTRO(S) - RS068694

DESPACHO

Vistos etc.

O presente recurso especial foi interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. ENERGIA ELÉTRICA - REENQUADRAMENTO TARIFÁRIO. INCIDÊNCIA DO CDC. PRESCRIÇÃO INOCORRENTE. DEVER DE INFORMAÇÃO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO.

1. Aplica-se a prescrição decenal (art. 205 do Código Civil) ao pleito de repetição de valores decorrentes de enquadramento tarifário. Precedentes do STJ e desta Corte.

2. Incidem as disposições do Código de Defesa do Consumidor na relação travada entre a concessionária de energia elétrica e o consumidor. Mitigação da Teoria Finalista. Precedentes desta Câmara.

3. Havendo a adequada prestação de informações em relação às modalidades tarifárias (art. 5º da Resolução n 456/2000 da ANEEL), não há que se falar na repetição de valores. Precedentes desta Corte. APELAÇÃO PROVIDA.

É o breve relatório.

Decido.

Declino da competência para julgamento do recurso especial.

A Corte Especial do STJ já decidiu que a matéria objeto da presente demanda é de competência da Primeira Seção, conforme se infere da seguinte ementa:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. REENQUADRAMENTO TARIFÁRIO. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. PRETENSÃO FUNDAMENTADA EM

Superior Tribunal de Justiça

NORMAS EXPEDIDAS PELA AGÊNCIA REGULADORA. COMPETÊNCIA DAS TURMAS DA 1ª SEÇÃO.

1. Ação ajuizada em 28/2/2008. Recurso especial interposto em 4/7/2011. Conflito suscitado em 29/11/2017. Conclusão ao Gabinete em 18/12/2017.

2. Controvérsia que se cinge em definir se compete às Turmas integrantes da 1ª ou da 2ª Seção do STJ o julgamento de recurso especial interposto nos autos de ação cujo objeto é estabelecer o correto enquadramento tarifário da autora perante a concessionária de energia elétrica.

3. Compete às Turmas integrantes da 1ª Seção do STJ o julgamento de recursos especiais interpostos em ações que discutem o enquadramento tarifário do usuário perante a concessionária de serviço público de energia elétrica.

CONFLITO CONHECIDO. DECLARADA A COMPETÊNCIA DA 2ª TURMA DO STJ.

(CC 156.069/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 08/04/2019, DJe 11/04/2019)

Ante o exposto, declino da competência para um dos Ministros integrantes das Turmas que compõem a Primeira Seção do STJ.

Redistribua-se.

Intime-se.

Cumpra-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator